

Governo Lula anuncia o fim das escolas cívico-militares no País

BRASIL. Ministério da Educação encaminhou ofício para as secretarias de educação para iniciar transição

Governo Lula decide acabar com escolas cívico-militares

» O governo Lula (PT) iniciou o processo de extinção total do programa federal de fomento a escolas cívico-militares, uma bandeira da gestão Jair Bolsonaro (PL). O MEC (Ministério da Educação) encaminhou ofício para as secretarias de educação para iniciar transição das escolas desse modelo e retirar militares das escolas.

O documento do MEC que tem sido distribuído desde segunda-feira (10) fala que o "progressivo encerramento do programa" foi decidido após avaliação da medida. A ideia é que o programa acabe no fim do ano letivo, com previsão de retirada do pessoal das Forças Armadas que atuam nas escolas.

A partir desta definição, iniciará-se um processo de desmobilização do pessoal das Forças Armadas envolvidos em sua implementação e lotado nas unidades educacionais vinculadas ao Programa, bem como a adoção gradual de medidas que possibilitem o encer-

ramento do ano letivo dentro da normalidade necessária aos trabalhos e atividades educativas", diz o texto.

No início do ano, o governo extinguiu uma subsecretaria que fora criada na gestão Bolsonaro para cuidar do tema. O ministro da Educação, Camilo Santana, já havia sinalizado que não apoiaria a medida, mas ainda faltava a definição sobre como ficariam as escolas já no modelo.

Nele, militares da reserva, bem como policiais militares e bombeiros, atuam na administração da escola. Diferentemente das escolas puramente militares, totalmente geridas pelo Exército, nesse desenho as secretarias de Educação continuam responsáveis pelo currículo escolar, mas estudantes precisam usar fardas e seguir regras definidas por militares.

O PT é majoritariamente contra o modelo. Mas há também no partido e nas legendas que apoiam o governo quem o



Programa das escolas cívico-militar foi lançado de 2019 pelo governo

defenda.

Essa indefinição vinha alimentando tanto críticas à militarização quanto cobranças daqueles que são favoráveis. No Congresso, Camilo repetiu a parlamentares que, além do fato de o modelo não estar alinhado com a política do governo, havia desvio de fina-

lidade no uso de recursos da educação para o pagamento de militares.

Um decreto que vai regular a extinção deve ser publicado nos próximos dias.

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militar do governo federal foi lançado em setembro de 2019, primeiro

ano do governo do presidente Bolsonaro. Até 2022 foram empenhados R\$ 104 milhões no programa essa é a primeira fase de execução orçamentária, quando há reserva do recurso.

O valor pago de fato foi bem menor e soma apenas R\$ 2,3 milhões entre 2019 e 2022. O governo atual deve decidir como vai honrar com os empenhos já registrados, já que os valores empenhados vão para os chamados restos a pagar, e a obrigação de execução continua.

Mesmo antes da medida, o modelo avançava no país. Até 2015, eram 93 escolas. Em 2018, o número subiu para 120 em ao menos 22 estados.

O MEC tem o cadastro de 215 escolas cívico-militares até o ano passado, já implementadas ou em fase de implementação a pandemia impactou o cronograma. Elas estão espalhadas em todas as unidades da federação, que acabaram por aderir ao programa junto ao MEC. (FP)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Litoral - Baixada Santista/SP**Seção:** Brasil + Mundo **Caderno:** A **Página:** 7